

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1613137 - RS  
(2019/0328865-5)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : RUTIELE DE BRITTO**  
**ADVOGADOS : GILBERTO DA SILVA SILVEIRA E OUTRO(S) -**  
RS049412  
TAMIREZ DIAS PORTAL - RS114680  
**AGRAVADO : BOA VISTA SERVICOS S.A**  
**ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA E OUTRO(S) -**  
RS021051  
ADRIANA SANTOS DE SOUZA - RS082118B

### **EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO CONDENATÓRIA. OCORRÊNCIA DA PRÉVIA COMUNICAÇÃO. INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, *b*, DO NCPC (ART. 543-C, PARÁGRAFO 7º, INCISO I DO CPC/73). AGRAVO INVIÁVEL EM HIPÓTESES DE INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NA APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS (ART.1.042 DO NCPC) POR SE TRATAR DE ERRO GROSSEIRO. DEMAIS PONTOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 e 83 DO STJ E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Nas razões do agravo interno, os fundamentos da decisão agravada não foram impugnados. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC e incidência da Súmula 182 do STJ.

3. Agravo interno não conhecido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

# *Superior Tribunal de Justiça*

acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator